



Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade
ISSN: 2316-9834
revistageas@uninove.br
Universidade Nove de Julho
Brasil

Mazzola, Homero Jorge; Mazzola, Bruno Giovanni
Antropologia ecológica: uma área da ciência a serviço da sustentabilidade
Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, vol. 7, núm. 1, 2018, Enero-, pp. 83-96
Universidade Nove de Julho
São Paulo, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.5585/geas.v7i1.747>

Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=471659745006>

- Cómo citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org



ANTROPOLOGIA ECOLÓGICA: UMA ÁREA DA CIÊNCIA A SERVIÇO DA SUSTENTABILIDADE

¹Homero Jorge Mazzola

²Bruno Giovanni Mazzola

RESUMO

Mudanças ambientais têm despertado a atenção não somente da ciência, mas também de governos e da sociedade civil, em razão dos prognósticos pessimistas sobre o futuro da humanidade. O modelo capitalista tradicional surge como principal responsável por esse status quo, o que tem despertado reações globais, tanto por parte da ciência, como de instituições e movimentos sociais, locais e internacionais, que vêm alertando sobre a necessidade urgente de mudanças na economia, na política e nas ações da sociedade civil. Essas mudanças exigem uma visão multidisciplinar sobre os problemas atuais e as possíveis soluções. A Antropologia se insere nesse esforço possibilitando, a partir do entendimento do homem e de suas relações com o ambiente natural, novos conhecimentos que suportem o esforço planetário de se construir uma nova cultura ecológica coerente com as necessidades da contemporaneidade e com o desenvolvimento de uma sociedade verdadeiramente sustentável. Desenvolvimentos antropológicos das últimas décadas mostram essa possibilidade. Espera-se, com a discussão neste ensaio, contribuir para uma maior conscientização sobre esta problemática.

Palavras-chave: Antropologia ecológica. Cultura ecológica. Desenvolvimento sustentável, Sustentabilidade, Relações cultura-natureza

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo –PUC, São Paulo, (Brasil). E-mail: hjmazzola@uol.com.br

² Doutorando em Administração pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – FEAC/USP, São Paulo, (Brasil). E-mail: bruno.mazzola@usp.br



ECOLOGICAL ANTHROPOLOGY: AN AREA OF SCIENCE AT THE SERVICE OF SUSTAINABILITY

ABSTRACT

Environmental changes have awakened interest not only from the science but also the government and the society due the pessimistic predictions about the future of the humankind. The traditional capitalist model appears as the main cause of this status quo which has been causing global reactions scientific perspective as well from institutions, local and international social movements that has been warning about the urgent need of changes in the economy, politics and society's actions. These changes require a multidisciplinary view about the current issues and possible solutions. In that context, the Anthropology is part of the effort that through understanding mankind and its relationship with the environment, enables new findings that supports the planet's effort to build an ecological culture aligned with the current needs and with the development of a truly sustainable society. Anthropological developments from the last decades show this possibility. Therefore, the reflections on this essay expects to contribute to raise awareness about the issue.

Keywords: Environmental anthropology, Environmental culture, Sustainable development, Sustainability, Culture-nature relations

ANTROPOLOGÍA ECOLÓGICA: UN ÁREA DE LA CIENCIA AL SERVICIO DE LA SOSTENIBILIDAD

RESUMEN

Los cambios ambientales han atraído la atención no sólo de la ciencia sino también de los gobiernos y la sociedad civil, debido a las predicciones pesimistas sobre el futuro de la humanidad. El modelo capitalista tradicional surge como el principal responsable de este status quo, lo que ha provocado reacciones globales, tanto por la ciencia como instituciones y movimientos sociales, locales e internacionales, y que advierte sobre la necesidad urgente de que los cambios en la economía, en la política y las acciones de la sociedad civil. Tales cambios requieren una visión multidisciplinaria de los problemas actuales y las posibles soluciones. Antropología cae dentro de ese esfuerzo de permitir la comprensión del hombre y su relación con el entorno natural, los nuevos conocimientos apoyar el esfuerzo planetario para construir una nueva cultura ecológica coherente con las necesidades de la sociedad contemporánea y el desarrollo de una sociedad verdaderamente sostenible. Los desarrollos antropológicos de las últimas décadas demuestran tal posibilidad. Con la discusión de este ensayo teórico, se espera contribuir a una mayor conciencia de este problema.

Palabras-clave: Antropología ecológica, Cultura ecológica, Desarrollo sustentable, Sostenibilidad, Relación cultura-naturaleza



INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas tem-se assistido às mudanças ambientais outrora nunca testemunhadas na história da civilização humana. Admite-se hoje que suas causas são antropocêntricas, conforme pode ser constatado no quinto e último relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas [IPCC] (IPCC, 2014), órgão científico da Organização das Nações Unidas [ONU]. Os impactos dessas mudanças influenciam as relações sociais planetárias e aumentam o fosso existente entre classes sociais, separando ainda mais ricos e pobres, conforme aponta relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento [PNUD] (PNUD, 2011). Em seu epicentro localiza-se o homem, animal cultural que mudou a face do planeta, através de suas relações com o ambiente natural. Há, em consequência, uma relação conflituosa entre sociedade e meio ambiente, que tem se firmado atualmente como uma das maiores preocupações globais, nas esferas social, política e econômica, mas que representa também um vasto campo investigativo e de produção de conhecimento, pois o tema se reveste de complexidade pela sua multidisciplinaridade (Morin, 2013). Sustentabilidade, conceito introduzido na década de 1980 por Lester Brown, fundador da organização não governamental [ONG] *Worldwatch Institute* [WWI], surge como um conjunto de conhecimentos e práticas orientados a mitigar os impactos ambientais e favorecer a criação de uma sociedade sustentável, para o que é imprescindível o estudo sistêmico das relações e problemas entre a humanidade e o ambiente natural (Capra & Luisi, 2014). A Antropologia Ecológica, um ramo recente da Antropologia

se insere neste propósito, apoiando uma abordagem multidisciplinar e sistêmica dos problemas ambientais, que objetivam construir um futuro auspicioso para a humanidade e os demais seres vivos. Em sua defesa, pode-se afirmar que ela nasceu justamente da necessidade de se compreender as relações humanas com o ambiente natural, com os demais seres vivos, e o lugar da consciência na evolução social (Foladori & Taks, 2004).

A situação é preocupante, há iminente risco de uma catástrofe ecológica abrangente, com sequelas para homem e biosfera. Como se pode delinear este momento? Um dos postulados da Carta de Fortaleza³ sintetiza adequadamente esse contexto:

Vivemos uma crise civilizatória de natureza ecológica, econômica, social, política e educacional, cujas incalculáveis e imprevisíveis consequências põem em risco a sobrevivência humana e a preservação da vida no planeta. Tais crises são expressões de processos complexos provocados por um paradigma civilizatório baseado na ganância, no individualismo, no paternalismo, no consumo desenfreado de recursos materiais, na depredação de bens naturais, na violência, no autoritarismo e na marginalização social. (Moraes & Almeida, 2010, p. 249).

A sustentabilidade e sua dimensão operacional, o desenvolvimento sustentável, são caminhos plausíveis para superar as dificuldades atuais. Representam um conjunto de propostas interdisciplinares, que tentam responder aos riscos ambientais resultantes do excesso de consumismo e industrialização da modernidade, e que apontam para a necessidade de um novo paradigma civilizatório, que atenda às necessidades, nossas e as das gerações

³ Conferência educacional patrocinada pela UNESCO em 2010, com o propósito de reunir educadores de vários países para comemorar e consolidar a obra de Edgar Morin: *Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro*



futuras. Nesse âmbito é imprescindível que exista um processo dialógico entre as ciências e as esferas políticas e econômicas, no qual a Antropologia, particularmente a Antropologia Ecológica, deve participar. Com estas premissas iniciais, apresenta-se o propósito principal desse estudo: explorar como a Antropologia Ecológica pode apoiar a criação de um efetivo movimento global de desenvolvimento sustentável, de forma a colaborar com a mitigação dos riscos ambientais. Um segundo objetivo, que complementa o objetivo principal, é o de apresentar a Antropologia Ecológica como contribuinte para a criação de uma nova cultura universal, voltada ao respeito da natureza e uso inteligente de seus recursos, uma cultura ecológica.

No desenvolvimento deste ensaio serão abordados conceitos sobre Sustentabilidade, Ecologia e Antropologia Ecológica, que darão suporte ao desenvolvimento da discussão em torno dos dois objetivos delineados. Sustentabilidade representa um conjunto de conhecimentos e práticas interdisciplinares que apontam para uma nova visão da relação homem natureza, e que está suportando uma nova orientação produtiva e econômica, representada pelo Movimento do Desenvolvimento Sustentável, orientado à criação de uma sociedade global sustentável, e definido através do relatório Brundtland como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades (Brundtland, 1987). Ecologia, do grego *oikos* (lar), pode ser entendida como o estudo do Lar Terrestre, ou a ciência que tem como objeto central o estudo dos ecossistemas terrestres. A Antropologia Ecológica aborda o estudo das relações entre as estruturas populacional, organizacional e cultural das sociedades humanas e o contexto ambiental onde estão inseridas (Neves, 1996).

REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Sustentabilidade

Literalmente Sustentabilidade representa a qualidade de ser sustentável, de se manter estável por determinado período, mas sem rigidez ou imutabilidade. Atualmente, o termo é amplamente empregado, representando uma vasta base de conhecimentos de várias ciências que estudam as relações homem e meio ambiente, e que tem como principal propósito encontrar caminhos que levem a um desenvolvimento sustentável da humanidade, possibilitando reverter ou pelo menos estabilizar o grave quadro ambiental que foi criado no planeta, e que está colocando em risco a sobrevivência da sociedade, tal como a conhecemos. O desenvolvimento sustentável representa o braço operacional da Sustentabilidade e, tal como idealizado, compreende três compromissos básicos: manter o desenvolvimento e crescimento econômico, evoluir para uma sociedade mais igualitária e justa e, finalmente, respeitar os limites naturais do meio ambiente. Desenvolvimento sustentável é um tema controverso, que tem despertado adesões e críticas. Para seus defensores representa a única saída possível para os graves problemas atuais, sem perder os avanços econômicos e sociais alcançados. Para Leonardo Boff, entretanto, desenvolvimento sustentável revela em si uma contradição: “desenvolvimento é oriundo da economia excludente que hoje impera e sustentável vem da Ecologia que é includente” (Boff, 2002, p.55). Autores como Lowy e Bensaid (2000) e Harding (2008) defendem soluções socialistas fundamentadas nas teorias marxistas, como o ecossocialismo (Lowy & Bensaid, 2000) e Economia do Estado Estacionário (Harding, 2008). Ambas soluções propõem mudanças radicais nas práticas capitalistas correntes, que atribuem responsabilidade ao sistema capitalista pela deterioração ambiental. De modo geral, os críticos do desenvolvimento sustentável afirmam que isto nada mais é do que a continuação maquiada do sistema mundo



hegemônico vigente, nascido nos primórdios do Renascimento e que perdura até nossos dias, o capitalismo. Entende-se por sistema mundo, denominação criada por Immanuel Wallerstein, o conjunto de costumes, regras, procedimentos, paradigmas, que regulam o funcionamento de sociedades durante períodos históricos (Wallerstein, 2002).

No capitalismo o lucro é a meta prioritária, resultante da excessiva industrialização e consumismo observados atualmente, e que tem cobrado um alto preço, seja do meio ambiente planetário, seja da sociedade. Atribui-se à excessiva industrialização do mundo global o exaurimento de vários recursos naturais; desaparecimento e ameaças de extinção de espécies; alterações na atmosfera e nos oceanos; aquecimento global, mudanças climáticas, desertificação, entre outros. Como foi observado em um relatório da *Royal Society of London*:

Há indícios muito fortes de que a atual taxa de extinção das espécies ultrapassa em muito qualquer coisa que tenha sido informada por meio dos registros fósseis... Nunca antes uma única espécie provocou mudanças tão profundas nos *habitats*, na composição e no clima do planeta. (Magurran & Dornelas, 2010, p. 365).

O atual padrão consumista alimentado, por sua vez, pela filosofia capitalista do acúmulo de capital, tem sido cada vez mais incentivado pelas tendências neoliberais das últimas décadas que, orientadas para a maximização de lucro, alijaram praticamente governos de seu papel histórico, reduzindo o seu papel regulador e moderador. Há que se reconhecer o papel positivo das riquezas e do progresso criados pelo capitalismo, mas que também produziram uma profunda dicotomia social e econômica, separando ricos e pobres através de um abismo social que só tem sido agravado pelos problemas ambientais (PNUD, 2011). Estudos recentes mostram um quadro preocupante, no qual os 10% mais ricos detêm 86% da riqueza mundial e os 90% mais pobres ficam com os 14% restantes (Credit Suisse, 2013). O economista francês

Thomas Piketty aponta também para o fato que o maior crescimento da renda proveniente de riquezas em relação àquelas produzidas pelas atividades produtivas somente aumentam a distância entre ricos e pobres, agravando os problemas ambientais, como preconizado pelo PNUD (Piketty, 2014).

Infelizmente, os prognósticos científicos a respeito das mudanças ambientais não são promissores. Estudos conduzidos pela ONU, através do IPCC, por instituições de ensino e pesquisa e por entidades não governamentais, vêm atestando a deterioração dos cenários ambientais, o que afeta profundamente a sociedade global. No cerne dessa discussão situam-se as atividades produtivas, núcleo do capitalismo, que retiram recursos da natureza, processam-nos usando recursos humanos, repassam os produtos e serviços resultantes à sociedade para obter o lucro que alimenta o capitalismo e, finalmente, devolvem resíduos dos processos de transformação ao meio ambiente em condições diferentes das que foram retirados, obrigando o planeta a um esforço extra para regenerá-lo, em um processo homeostático para manter o equilíbrio dos ecossistemas. O resultado é que atualmente são necessários aproximadamente 1,5 planetas para regenerar os recursos retirados e resíduos devolvidos, o que poderá chegar a 2 planetas em 2050 (Veoverde, 2012). A lógica capitalista da mais valia aliena a humanidade e alavanca a degeneração planetária, como fruto da negligência de uma sociedade que foge das questões complexas, necessárias para enfrentar esta difícil situação, que exige a prática de um diálogo abrangente; a revisão de valores que sejam universais; a conquista de uma democracia participativa e o respeito pelos direitos de todas as outras formas de vida que não as humanas (Morin, 2012).

A título de enriquecer estas reflexões, é interessante resgatar o pensamento de um velho mestre-pensador da etnia Krahô, já falecido, o índio Porri, para quem o mundo se tornou um lugar terrível, a cultura do homem



branco tornou-se completamente dominante, e o equilíbrio com o meio ambiente foi destruído. Por isto, nada mais está em seu lugar e a distribuição das coisas já não corresponde mais à distribuição natural. É dele este pensamento:

Onde se viu água engarrafada? [...] O fogo já não se faz mais com lenha, se faz com gás. Fogo frio. É um fogo que não esquenta como o fogo verdadeiro. Esquenta muito pouco. E o branco vive assim, num mundo encaixotado, engarrafado, embalado. (Domingues, 2011, p. 19).

No contexto dessas transformações sociais e ambientais, e na busca de soluções para a difícil encruzilhada humana, é imprescindível a integração de outras ciências de forma dialógica com a Sustentabilidade, pois os fenômenos associados às mudanças planetárias são complexos, o que exige olhares e saberes distintos. Soluções possíveis devem considerar a história e cultura do homem, suas experiências em comunidades e sua interação com o meio natural. Particularmente há muito que se aprender com os povos tradicionais autóctones, que conservam tradições de relacionamento e respeito com a natureza, compromissados com o cuidado da casa comum, a Terra. É esse aspecto que justifica o tema proposto, integrando Sustentabilidade e Antropologia Ecológica.

1.2 Antropologia Ecológica

A Ecologia surge como ciência no final do século XIX, em torno de uma noção central que a distinguiu de as outras disciplinas científicas: o ecossistema⁴. Nos últimos 40 anos representou também a união

entre o conhecimento científico e a tomada de consciência geral sobre as degradações do ambiente natural, não somente local, mas global, que afetam a produção de alimentos, os recursos disponíveis, a saúde humana e o próprio psiquismo do homem. Esse movimento levou a uma consciência ecológica abrangente (Morin, 2013; Morin, 1996).

A consciência ecológica levou a um novo tipo de pensamento sobre o planeta, o “pensamento ecologizado”, sustentado pela Ecologia, ciência que se afasta do dogma científico paradigmático e predominante da hiperespecialização e constrói um saber competente em diferentes domínios, um saber multidisciplinar. O pensamento ecologizado rompe com o pensamento simplista, cartesiano, e de desagregação, e exige uma visão complexa apoiada na auto-eco-organização do homem e dos demais seres vivos, segundo a qual não se pode separar os seres de seu habitat, pois sua organização física e material está no interior da própria organização viva. Com essa visão do homem em simbiose com seu ambiente, a Ecologia acabou interagindo com a Antropologia, considerada como ciência chave para a compreensão do homem, sobre o homem e sua sociedade, e das relações do homem com seu ambiente.

Para Laplantine (2006), a Antropologia representa um certo olhar, um certo enfoque que consiste no estudo do homem inteiro e no estudo do homem em todas as sociedades, sob todas as latitudes, em todos os seus estados e em todas as épocas. Seu alcance se estende por cinco áreas: biológica; pré-histórica; linguística, psicológica e social-cultural ou etnológica. Todos esses ramos contribuem para compreender as relações não dicotômicas entre sociedades e natureza,

⁴ Comunidade de diferentes espécies em uma determinada área, interagindo com seu ambiente não vivo, ou abiótico (ar, minerais, água, luz solar, etc.) e com seu ambiente vivo, ou biótico (isto é, com outros membros da comunidade). Excerto extraído do livro:

A Visão Sistêmica da Vida – Uma concepção unificada e suas implicações filosófica, políticas, sociais e econômicas de Capra, F. e Luisi, P. L. (2014).



que constitui um de seus maiores objetivos. O discurso antropológico auxilia a construção de uma interpretação relativamente complexa dos desafios que a sociedade planetária tem que enfrentar sob a égide do risco da aniquilação e, juntamente com a Ecologia, ressuscitam o diálogo e a confrontação entre homem e natureza, permitem intervenções mutuamente proveitosas e colaboram com a construção de uma nova cultura, ambientalmente responsável (Silva, 2013). Essa visão articuladora da Antropologia não é recente, tem seu surgimento a partir de autores clássicos como Bronislaw Malinowski e Marcel Mauss. Este propugnava a articulação das diversas dimensões dos fenômenos socioculturais, denominado “fato social total”, por meio da qual defendia a indissociabilidade das diferentes formas de relação – econômicas, sociais, políticas e culturais (Mauss, 1992).

A importância das relações entre homem e natureza dentro da Antropologia e a influência que esta recebeu da Ecologia, levou outros antropólogos a afirmar que as pesquisas antropológicas se definiram a partir dos anos 1960 em dois eixos principais: um eixo dedicado ao estudo da mente humana, de sua capacidade simbólica e de suas formas de representação; e o outro eixo focado no estudo das bases materiais de sustentação das sociedades e seu reflexo nas dimensões socioculturais (Neves, 1996). Esta última vertente, de particular interesse neste estudo e que levou à criação do conceito de Antropologia Ecológica, defende que as bases materiais de sustentação das sociedades humanas, provenientes das relações homem-natureza, influenciam as outras dimensões socioculturais da sociedade. Antropologia Ecológica pode ser entendida como o estudo das relações entre a dinâmica populacional, a organização social e cultura das sociedades humanas e o meio ambiente na qual estão inseridas (Neves, 1996). A partir dos anos 80 a Antropologia Ecológica se consolida ao incorporar a visão ecossistêmica no estudo das populações

humanas, através de palavras de ordem como: estratégias adaptativas, respostas a imprevistos ambientais, o papel do indivíduo em relação ao ambiente, a importância do resgate histórico das relações homem-natureza, e a necessidade de abordagens regionais nestas relações.

Leslie A. White e Julian H Steward, antropólogos americanos, têm um papel relevante em seu desenvolvimento e consolidação. O primeiro restaurou o pensamento evolucionista na Antropologia, com um olhar voltado para a evolução da história humana universal. Seu interesse era identificar a influência dos fatores ambientais locais sobre estruturas e formas que sociedades humanas específicas podem tomar, em cujo contexto, segundo ele, a tecnologia tinha um papel central. Sua contribuição central à Antropologia Ecológica reside na ideia de que tudo pode ser descrito em termos de fluxo de matéria e energia e a vida pode ser resumida a uma luta pela obtenção de energia. A cultura para ele, representava a ferramenta utilizada pelo homem para capturar e controlar a energia disponível no ambiente e disponibilizá-la a serviço da sociedade, para o que a tecnologia era imprescindível (White, 2015).

Steward, ao contrário, interessou-se por respostas adaptativas locais, de culturas específicas a ambientes específicos. Sua preocupação era explicar que o meio ambiente pode ser um fator gerador dentro do processo de mudanças culturais. Criou o método conhecido como Ecologia Cultural, cujo propósito era resgatar dentro da Antropologia o conceito de meio ambiente como fator gerador de cultura, estudando a relação entre certas características do meio e determinados traços da cultura da sociedade humana em um determinado ambiente. Através da Ecologia Cultural, estabeleceu uma prioridade na pesquisa da causa e efeito entre ambiente e cultura, sendo que esta última é abordada com um conceito multicomponential, ou seja, composta de vários domínios mais ou menos independentes que operam dentro de uma



unidade maior (Steward, 1953). Com Steward o ambiente natural foi definitivamente incorporado na Antropologia, na categoria de um dos paradigmas da cultura. A partir desses conceitos será feita uma discussão sobre a integração entre Sustentabilidade e Antropologia, visando atender os dois objetivos propostos na introdução.

1.3 Integrando Sustentabilidade e Antropologia Ecológica

Sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável representam um caminho alternativo ao modelo capitalista dominante, a possibilidade de um novo sistema mundo centrado em uma consciência ecológica profunda e no respeito à vida, o que conduz ao surgimento de um novo paradigma, o paradigma da ecologia profunda, que conflita com o paradigma capitalista tradicional (Capra, 2005). Sustentabilidade é uma proposta complexa e multidisciplinar, que exige, portanto, diferentes olhares e saberes, e que é prestigiada por governos e instituições globais, que a veem como uma alternativa viável ao sistema mundo capitalista. Tem contra si, entretanto, a aposição de críticos tenazes, que a consideram adulterada pelo credo capitalista, e um tempo escasso para mitigar as mudanças ambientais e colocar a humanidade nos trilhos de um mundo sustentável. Precisa de apoio para consolidar-se e realizar o seu trabalho e com este propósito a Antropologia se posiciona como uma das principais disciplinas que devem associar-se-lhe na construção de soluções planetárias. Mas, qual pode ser a contribuição efetiva que a Antropologia tem a oferecer para o tratamento dos problemas ambientais da modernidade, e como pode

apoiar reflexões na busca de soluções para essa problemática?

As respostas passam, necessariamente, pela abordagem da Antropologia Ecológica, o que exige, entretanto, uma discussão sobre seu processo formativo histórico, pois seus métodos de estudo das relações homem e ambiente sofreram mudanças nas últimas décadas. Pode-se dizer que a Antropologia Ecológica passou por três grandes fases. A primeira, com Steward e sua Ecologia Cultural, ressuscita o evolucionismo na Antropologia e prioriza a demonstração do meio ambiente como fator gerador de cultura. Um segundo estágio, que teve como idealizadores os antropólogos neofuncionalistas Andrew Vayda e seu discípulo Roy Rappaport, introduz o conceito de ecossistemas, trazido da Biologia, no estudo das sociedades humanas. Este movimento adota uma nova unidade de análise no lugar do ambiente como fator gerador de cultura, que era empregado por Steward, e seu foco é demonstrar que as populações humanas nativas mantêm uma relação de equilíbrio homeostático com o meio. Para Vayda e Rappaport, a cultura tem uma ontologia própria, não sendo moldada pelo ambiente, mas, enfatizam que traços culturais podem agir como mecanismos de feedback negativo junto aos ecossistemas, ou seja, podem produzir estabilidade na relação homem-ambiente. A terceira fase, surgida na década de 1970, derruba o conceito de homeostase⁵ e introduz a desordem, o distúrbio e a causalidade, desconstruindo a visão da fase anterior, assentada sobre uma visão holística do ecossistema e de equilíbrio homeostático. O fato de comunidades e sociedades de pequena escala estarem sendo absorvidas, rapidamente, por estruturas sociais nacionais ou mesmo globais, contribuiu para mudanças metodológicas na Antropologia Ecológica nesse novo estágio (Neves, 1996).

⁵ Aqui empregado com o sentido de processo de regulação que mantém o homem e a comunidade em constante equilíbrio com o ambiente natural.



A ênfase dos estudos da Antropologia Ecológica passa a ser, então, o estudo de estratégias adaptativas específicas diante de eventos ambientais, onde as variáveis consideradas não devem ser somente as de caráter ambiental, mas, também, os fatores históricos, a vulnerabilidade humana, as fontes de desequilíbrio e os fatores socioeconômicos gerados pelas economias regionais que integraram sociedades de pequena escala. Nessa nova abordagem não somente mudanças nas atividades coletivas são observadas, mas, também, as individuais, concentrando-se no estudo de mecanismos de interação e influência recíproca entre comportamentos humanos e fatores ambientais. Lees e Bates (1990), antropólogos dessa corrente, defendem que análises antropológico-ecológicas devem focar problemas reais enfrentados por populações particulares, em detrimento dos grandes problemas globais, pois estas enfrentam problemas específicos para a manutenção de suas bases materiais, que devem ser entendidos e analisados empiricamente caso a caso.

A partir dessas abordagens pode-se retomar agora, mais apropriadamente, a discussão sobre as contribuições e o modo reflexivo da Antropologia Ecológica para o enfrentamento coletivo dos problemas ambientais da atualidade. Como discutido anteriormente a Sustentabilidade e o Desenvolvimento Sustentável estão comprometidos com a satisfação das necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem as suas. Por se tratar de um desafio de extrema complexidade e de característica multidisciplinar, ambos carecem do apoio de várias ciências, naturais, humanas e sociais, não devendo prescindir da contribuição de nenhuma delas. Há um pensamento dominante dentro da visão neoliberal que bastam os avanços tecnológicos para recuperar a Terra, o que não tem sido comprovado pelos indicadores ambientais, que teimam em mostrar um agravamento das

mudanças climáticas e seus impactos (IPCC, 2014).

Uma primeira contribuição da Antropologia Ecológica refere-se à prática de um olhar distanciado no estudo das relações homem/ambiente, promovido pelo exercício da alteridade. Esse olhar a partir da perspectiva do outro possibilita ao pesquisador um alijamento de suas próprias práticas e concepções, através de um processo de descentramento, no qual a objetividade é alcançada por meio de um deslocamento subjetivo (Levi-Strauss, 1993). Dessa forma se evitam posturas interpretativas eurocêntricas, que primam por ofuscar o fato científico de que as concepções ocidentais somente representam uma possível opção em um campo de possibilidades, dentro do qual diferentes realidades podem emergir. Esse olhar antropológico pode contribuir para o exercício crítico de reflexão sobre a postura ocidental moderna já saturada e degradante de agir sobre o mundo e convida a que sejam relevados outros modos de interação respeitosa com a natureza, características dos povos tradicionais autóctones (Silva, 2013).

Uma segunda contribuição, fruto desse olhar descentrado, remete ao desenvolvimento de análises das relações homem-ambiente que privilegiam conexões entre os diferentes aspectos que compõem a rede ambiente-cultura, e que sejam consonantes aos pressupostos da terceira fase do desenvolvimento da Antropologia Ecológica, permitindo, assim, o conhecimento e adaptação realista às complexidades e contingências do mundo. Esse conhecimento não deve ser construído exclusivamente na academia, mas sim ancorado em situações concretas, flexíveis e mutáveis, onde o estudo das interinfluências entre comportamentos humanos e fatores ambientais deve ser valorizado. Como enfatizado anteriormente, há uma visão simplista e dominante dentro do sistema capitalista que as tecnologias representam a panaceia dos males do mundo e que são capazes de reverter o grave quadro



ambiental, o que não tem se mostrado coerente com a realidade observada. A Antropologia Ecológica se alia a uma tendência científica atual e crescente de compreender o mundo através de uma visão sistêmica complexa, que exige a humildade de aceitar que não sabemos tudo o que é necessário e que não temos as soluções para os problemas climáticos em curso. Dessa forma, ela tem uma importante contribuição para o esforço coletivo que tem sido defendido por setores científicos, sociais e governamentais, conscientes sobre nossos problemas planetários, a necessidade de ações prementes e corajosas para evitar uma catástrofe global.

Essas duas contribuições suportam uma proposta geral de desenvolvimento de uma abordagem na qual a Sustentabilidade seja atualizada, revigorada e incessantemente reconstruída em um processo contínuo de tensão criativa e sistêmico entre disciplinaridade e multidisciplinaridade, através da qual os diferentes saberes científicos possam contribuir efetivamente para a emergência de uma postura científica reflexiva voltada para a construção de uma sociedade verdadeiramente sustentável.

Reforça-se também aqui a ideia de que a Antropologia Ecológica, além de ser integrada à rede multidisciplinar em favor da Sustentabilidade, deve contribuir para consolidar uma nova cultura ecológica que corrija os erros do passado, enraizados na apropriação e transformação inadequada da natureza, e que consiga efetivamente participar da elaboração de políticas ambientais comprometidas com um verdadeiro desenvolvimento sustentável e não com a continuidade de modelos paradigmáticos que teimam em prolongar o atual *status quo* ambiental, social e cultural. Para isso uma nova tarefa se antepõe na jornada humana rumo ao futuro, pois para que essas transformações possam ocorrer, a humanidade deve transcender seus modelos educacionais, majoritariamente voltados para as necessidades do sistema capitalista, e criar um novo sistema educacional que priorize a

solidariedade, a ética, a paz, a justiça social e que remova o homem de sua crença antropocêntrica, recolocando-o como somente mais um elo na teia da vida (Moraes & Almeida, 2012; Capra, 2014).

METODOLOGIA

1.4 Ensaio Teórico

O método escolhido para este texto seguiu o modelo ensaístico e tem uma conotação teórica. O ensaio teórico representa um estudo profundo sobre determinado assunto, onde o autor se aprofunda no tema expondo-o de forma lógica e reflexiva. Não há necessariamente uma pesquisa formal empírica, mas sim bibliográfica e os argumentos resultantes devem ter um alto nível de interpretação e julgamento pessoal. Exige muita informação cultural e maturidade intelectual, sendo muito usado para exposição de ideias científicas e filosóficas (Severino, 2014). O professor Francis K. Meneghetti, em seu artigo “O que é um ensaio teórico?” discorre sobre as possibilidades que um ensaio apresenta para os pesquisadores:

[...] o ensaio, desde a época de Montaigne se tornou uma forma respeitável, sua novidade estava na louvação do eu. Sua razão de ser era a noção de que os pensamentos, sentimentos, incertezas, certezas e contradições de uma pessoa merecem divulgação e em seguida atenção de outras [...] da época de Montaigne até a atualidade, os ensaios adquiriram diversas formas e formatos, assim como são utilizados para diversos fins: literários, filosóficos, científicos etc. Essas variações nas formas e formatos, assim como a multiplicidade nas suas utilizações, levam a concepções e usos equivocados desse estilo e forma de refletir a realidade. Diferente do método tradicional da ciência, em que a forma é considerada mais importante que o conteúdo, o ensaio requer sujeitos, ensaísta e leitor, capazes de avaliarem que a compreensão da realidade



também ocorre de outras formas. (Meneghetti, 2011, pp. 320-332).

O ensaio deve ser lido por sujeitos com espíritos livres de preconceitos, sem estarem dominados pelo formalismo da ciência. Aqui o leitor não encontrará a disposição formal de um estudo que segue a divisão e a lógica estabelecida pelas metodologias científicas tradicionais. No lugar do objetivo geral, dos objetivos específicos, da justificativa, da fundamentação teórica, da metodologia que define os critérios de coleta e análise de dados e da conclusão, no ensaio a orientação é dada não pela busca das respostas e afirmações verdadeiras, mas pelas perguntas que orientam os sujeitos para as reflexões mais profundas. Por conseguinte, o ensaio necessita de leitores preparados para compreender a sua importância para a formação do conhecimento na atualidade. Basta lembrar que o empirismo, o racionalismo, o positivismo e tantos outros conhecimentos que sustentam a base da ciência tradicional de hoje surgiram por meio de vários ensaios de pensadores e intelectuais. Logo, as perguntas fundamentais que orientam este ensaio são do tipo: o que é e quais as características, como se dá a construção, quais os elementos presentes no movimento de construção, quais as relações entre o ensaio e a administração de um ensaio? (Meneghetti, 2011).

A decisão pelo ensaio não ignora os preconceitos que lhe são atribuídos pelo mundo científico, devido à hegemonia da ciência positivista, o que pode carrear um viés discriminatório contra este trabalho. Enfatiza-se, entretanto, que apesar dessa dificuldade intrínseca do caminho metodológico, respeitar-se-ão tanto os preceitos científicos atuais, como, e assim é permitido pelo ensaio, as interpretações e julgamentos pessoais do autor, o que envolve seus saberes, crenças e percepções. Conhecimentos científicos e subjetivos se constituem na matéria prima para se construir o caminho que permite chegar ao objetivo maior que move este trabalho, o

aprofundamento do estado da arte sobre o conhecimento das possibilidades futuras para o sistema vivo e, particularmente, da humanidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas reflexões e discussões abordadas nesse estudo procurou-se não somente enfatizar um novo ramo da Antropologia, a Antropologia Ecológica, mas defender sua importância para o esforço global que vem sendo feito para mitigar as alterações climáticas e reduzir as desigualdades econômicas e sociais, que estão interligadas à problemática ambiental. Com uma mudança metodológica, orientada a compreender a relação entre homem e ambiente, através de um olhar isento e baseado na alteridade, esta ciência traz uma mensagem para a Sustentabilidade e o desenvolvimento Sustentável, a importância de se aprender com os povos tradicionais autóctones, que coabitam em relativa harmonia e respeito com a natureza e que construíram culturas ecológicas compatíveis com seus *modus vivendi* ao longo de gerações. Entendemos que a construção de um futuro comum auspicioso exige uma mudança na forma que o homem se relaciona com a nossa casa comum, exigem um reconhecimento da complexidade do mundo e de que somente através de uma abordagem multidisciplinar e sistêmica poderá efetivamente produzir as mudanças necessárias. Este era o objetivo principal deste estudo, que procuramos aqui justificar. Há um segundo, não de menor importância, que complementa o anterior e procura revelar as contribuições da Antropologia Ecológica para a criação de uma cultura ecológica global, que deve se disseminar pela humanidade e apoiar efetivamente uma ação coletiva em prol de nosso lar comum, a Terra.

1.5 Por uma Cultura Ecológica

Cultura é uma palavra de difícil explicação e vários significados. A noção de



cultura em Antropologia, segundo Thompson (1995), se divide em uma concepção descriptiva e outra simbólica. A primeira representa conjunto de crenças, costumes, ideias e valores que são adquiridos pelos membros de um grupo, enquanto que a segunda representa o padrão de significados que estão incorporados nas formas simbólicas, sejam ações, manifestações verbais ou objetos, por meio dos quais os indivíduos se comunicam entre si, partilhando experiências idealizações e crenças. Este último conceito, levado ao âmago da Antropologia Ecológica, adquire uma concepção ampliada e idealizada de relações entre a natureza e o homem, resultando em uma nova variante da cultura, a Cultura Ecológica. Representa um novo estado de consciência que resiste às contradições do sistema mundo dominante, principal responsável pelo agravamento dos impactos ambientais, e que não é simplesmente a consciência desses problemas, mas o embrião de um novo paradigma que deve nascer dentro do próprio sistema capitalista, e que produza mudanças significativas nas relações sociais vigentes e nas relações homem-natureza (Rivera, 2010).

Tal cultura ecológica, de caráter planetário, ainda não está pronta; ao contrário, depende de um longo processo educativo, ainda incipiente e em formação, que somente se consolidará se houver mudanças na forma com que a humanidade se relaciona com a natureza, caso contrário produzirá os mesmos problemas que se tenta superar na contemporaneidade. A contribuição da Antropologia Ecológica nessa cruzada é oferecer o seu aprendizado em décadas de convívio com povos e

comunidades autóctones, que aprenderam a viver em sintonia com seu ambiente natural e construíram culturas, algumas milenares, de convívio harmonioso com a natureza. São exemplos desse convívio sustentável povos como os aborígenes australianos, os bantos africanos, os navajos norte-americanos e os yanomamis da América do Sul. O desenvolvimento de uma cultura ecológica global, assentada em princípios defendidos pela Antropologia Ecológica, e que releve as contradições no interior das sociedades deve ser doravante um dos principais objetivos da *práxis* antropológica. Trata-se de uma ambiciosa meta, pois uma cultura ecológica mal desenvolvida pode apontar para soluções que privilegiem sustentabilidade ecológica, mas, paradoxalmente, podem levar a insustentabilidade para parcelas da população, marginalizando pequenos produtores, camponeses, pescadores, além de alijar trabalhadores rurais de suas terras.

O desafio é maior do que simplesmente ajudar a remediar problemas ambientais, é criar uma concepção cultural que afetará a vida de mais de sete bilhões de indivíduos. Nesse contexto, a Sustentabilidade, como embrião para um novo sistema mundo, não pode prescindir da Antropologia Ecológica. Esta deve detectar e canalizar percepções e discursos dos diferentes grupos envolvidos, fortalecendo a construção de uma cultura ecológica que efetivamente esteja em sintonia com necessidades e possibilidades, sejam locais, sejam regionais ou nacionais, sejam humanas e não humanas, e que se materialize efetivamente como um dos alicerces para o desenvolvimento de um planeta verdadeiramente sustentável para todas as formas de vida.

REFERÊNCIAS

Boff, L. (2002). *Ecologia, mundialização, espiritualidade: a emergência de um novo paradigma*. São Paulo: Editora Ática.

Brundtland, G. H. (1987). *Our common future: report for the World Commission on Environment and Development*. United Nations.



- Capra, F. (2005). *O tao da física*. São Paulo: Editora Cultrix.
- Capra, F., & Luisi, P. L. (2014). *A visão sistêmica da vida: uma concepção unificada e suas implicações filosófica, políticas, sociais e econômicas*. São Paulo: Cultrix.
- Credit Suisse. (2013). *Global wealth report 2013*. Zurich: Credit Suisse. Recuperado de <https://publications.credit-suisse.com/tasks/render/file>.
- Domingues, S. A. (2011). Visões da natureza – notas sobre o pensamento futuro e o saber indígena. In Simonetti, M. C. L. (Org.). *A (In)sustentabilidade do desenvolvimento – Meio ambiente, agronegócio e movimentos sociais* (pp. 17-24). Marília: Cultura Acadêmica.
- Foladori, G., & Taks, J. (2004). Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. *Mana*, 10(2), 323-348.
- Harding, S. (2008). Terra Viva. São Paulo: Cultrix.
- IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change – 5º Relatórios sobre Mudanças Climáticas, de 2014. Recuperado de http://www.ipcc.ch/publications_and_data/publications_and_data_reports.shtml.
- Laplantine, F. (2006). *Aprender antropologia*. São Paulo: Brasiliense.
- Lees, S. H., & Bates, D. G. (1990). *The ecology of cumulative change. In The ecosystem approach in anthropology*, 247-277. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Lévi-Strauss, C. (1993). *Antropologia Estrutural Dois*. Tempo Brasileiro.
- Lowy, M. e Bensaid, D. (2000). Marxismo, Modernidade e Utopia, São Paulo: Xamã.
- Magurran, E. & Dornelas, M. (2010). Biological diversity in a changing world. *Philosophical Transactions of the Royal Society of London. Series B*, 365: 3.593-97.
- Mauss, M. (1992). *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EDUSP.
- Meneghetti, F. K. (2011). O que é um ensaio teórico. *Revista de Administração Contemporânea*, 15(2), 320-332.
- Milanez, F. (2003). Desenvolvimento sustentável. In Cattani, A. D. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 76-84.
- Moraes. M. C.; & Almeida, M. C. M. (2012). *Os sete saberes necessários à educação do presente: por uma educação transformadora*. Rio de Janeiro: Wak.
- Morin, E. (1996). El pensamiento ecologizado. *Gazeta de Antropología*, 12, artículo 01.
- Morin, E. (2012). *O Método 5 – A Humanidade da Humanidade – A identidade da identidade*. Porto Alegre: Ed. Sulina.
- Morin, E. (2013). *A Via para o Futuro da Humanidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Neves, W. A. (1996). *Antropologia Ecológica: um olhar materialista sobre as sociedades humanas*. São Paulo: Cortez.
- Piketty, T. (2014). *O Capital no Século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2011). Relatório de Desenvolvimento Humano de 2011. Recuperado de http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2011_pt_complete.pdf
- Rivera, S. M. G. (2010). *Por uma cultura ecológica* (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Silva, R. D., Jr. (2013). *A Sustentabilidade Como Híbrido: Um Diálogo Entre Ecologia, Sociologia e Antropologia* (Tese de doutorado). Universidade de Campinas, Campinas, SP, Brasil. Recuperado de <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/280507/1/Silva%20Junior%2c%20Roberto%20Doutor%20da%20D.pdf>
- Steward, J. H. (1953). Evolution and process. *Anthropology today*, 313-326. Chicago: Chicago Press.



Steward, J. H. (1955). *Theory of Culture Change. The Methodology of Multilinear Evolution.* (Second Printing.). University of Illinois Press.

Thompson, J. B. (1995). *Ideología e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa.* Petrópolis: Vozes.

Veoverde (2012). *Planeta Vivo: Necesitamos de 1,5 planetas para mantener el estilo de vida moderno.* Recuperado de <https://www.veoverde.com/2012/05/sigue-online-la-presentacion-del-informe-planeta-vivo-en-sincronia-con-todo-el-mundo/>

Wallerstein, I. (2002). *O Fim do Mundo como o Conhecemos.* Rio de Janeiro: Revan.

White, L. A. (1943). Energy and the evolution of culture. *American Anthropologist*, 45(3), 335-356.

White, L. A. (2015). *The science of culture, a study of man and civilization.* New York: The Scholar's Choice.